



PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS USUÁRIOS DA FAZENDA SANTA BRANCA ECOTURISMO (APA - RIBEIRÃO JOÃO LEITE), TERESÓPOLIS, GOIÁS¹

Raquel Gonçalves de Sousa

Mirley Luciene dos Santos

Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Ciências Exatas e Tecnológicas, Curso de Ciências Biológicas, Grupo de pesquisa Biodiversidade e Conservação do Cerrado, BR 153, Km 98-Anápolis, Brasil. Telefone: 91559826-kel.uegbio@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O histórico brasileiro documenta de forma explícita a real situação ambiental e social em que o Brasil se encontra. Simbolicamente o seu nascimento e constituição se deram sob o signo de um grande projeto de exploração econômica, modelo que se mostrou propício à formação de uma mentalidade predatória que transpõe gerações. Nesse modelo não houve preocupação com as outras espécies aqui presentes, muitas extintas antes mesmo que fossem conhecidas, ignorando - se os aspectos éticos associados à conservação do meio ambiente.

O processo de desenvolvimento econômico, principalmente na cultura ocidental, continuou colaborando com esse sistema dominante de degradação ambiental, cujo desrespeito ao meio ambiente é resultado de uma ideologia que se desenvolveu com base na abundância de recursos naturais existentes e na falsa idéia de serem eles ilimitados. O aparente antagonismo entre crescimento econômico e conservação ambiental é um ponto de esclarecimento para se trabalhar com o desenvolvimento sustentável (Lucion *et al.*, 2006).

Este cenário de tradição histórico - predatória, mesmo com a aquisição de conhecimentos ecológicos durante os séculos decorrentes, urge por uma Educação Ambiental bem engajada, e um importante passo dado nessa direção foi a instituição da Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999 que dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

O Art. 1. da lei conceitua a Educação Ambiental (EA) como sendo:

[...] os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

A EA pode trilhar dois caminhos, de acordo com as modalidades do processo educativo, sendo encontrada em caráter

Formal e Não - Formal. Entende - se por EA na educação escolar, com caráter Formal, aquela desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas (Art. 9^o), e a EA Não - Formal, como sendo as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente (Art. 13^o). Entre os aspectos vinculados à EA Não - Formal é apontado na lei o incentivo a sensibilização da sociedade para a importância das Unidades de Conservação, a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas a essas unidades, dos agricultores e também ao ecoturismo.

O MCT/MMA (1995 *apud* Lindberg & Hawkins, 1999), conceitua ecoturismo como sendo:

[...] Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a conservação deste e busca a formação de uma consciência ambientalista, por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar da população envolvida (Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, MCT/MMA, 1995 *apud* Lindberg & Hawkins, 1999).

Essa interação entre a população e o ambiente de uma Unidade de Conservação, que acontece por meio de trabalhos de sensibilização, permite uma maior eficiência no processo de interpretação ambiental e propicia ricos momentos de vivências na Natureza. Entre as várias alternativas possíveis de uso do ambiente no desenvolvimento de atividades formativas e informativas estão as trilhas interpretativas.

Por isso é ideal que o processo de “educar a ação” respectivo às atividades nas trilhas interpretativas propicie um encontro das concepções prévias do ser humano com uma forma alternativa de inter - relação homem meio ambiente, “permitindo novas experiências ambientais exploratórias, desestabilização construtiva de bagagens experienciais e dos níveis de conhecimento/informação anteriores, que muitas vezes apresentam incongruências e distorções relacionadas à apreensão das realidades ambientais” (Guimarães, 2001).

Os trabalhos que vem sendo propostos em EA encontram algumas dificuldades nesse processo de sensibilização porque cada indivíduo carrega consigo uma leitura ambiental própria, construída no decorrer de sua vida, “resultado das percepções (individuais e coletivas), dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada pessoa” (Fernandes *et al.*, 2003). A Percepção Ambiental é a função psicológica que caracteriza esse processo.

Os estudos na área da Percepção Ambiental despontam como ferramentas de grande importância para a elaboração de novas metodologias de EA e avaliação constante de trabalhos já implantados.

Nesse contexto, o objetivo do trabalho foi levantar o perfil e inferir as diferentes posturas comportamentais dos usuários da Fazenda Santa Branca, em Teresópolis, GO, frente ao ambiente natural e ao trabalho de educação ambiental realizado, com base na aquisição e análise de informações de seu estado cognitivo.

OBJETIVOS

O objetivo do trabalho foi inferir as diferentes posturas comportamentais dos usuários da Fazenda Santa Branca, em Teresópolis, GO, frente ao ambiente natural e ao trabalho de educação ambiental realizado, com base na aquisição e análise de informações de seu estado cognitivo.

- i. Levantar o perfil do usuário da fazenda;
- ii. Avaliar as concepções de meio ambiente e a percepção ambiental dos usuários da fazenda;
- iii. Subsidiar o trabalho de Educação Ambiental desenvolvido em Unidades de Conservação e ecoturismo como um todo.

MATERIAL E MÉTODOS

A unidade agroecológica Fazenda Santa Branca está situada a 40 km de Goiânia, Goiás, a 120 km de Brasília, Distrito Federal e a 20 km de Anápolis, Goiás. Está localizada na latitude 16° 25' 06" Sul e longitude 49° 05' 30" Oeste, em uma região onde predominam os últimos refúgios do chamado Mato Grosso goiano. A Fazenda que possui 680 alqueires, dos quais 230 estão destinados a área de lazer, tem em seu interior sete nascentes, sendo cortada pelo Ribeirão João Leite, manancial de água potável que abastece a capital Goiânia. A Fazenda em nível federal é uma Reserva Particular do Patrimônio Natural, estando ainda localizada dentro da Área de Proteção Ambiental do Ribeirão João Leite (Levy, 2008).

Entre as várias dimensões de atuação da Santa Branca, destaca - se a educação/pesquisa, produção agropecuária, ecovilas e o ecoturismo. No ecoturismo, as atividades de EA são mais evidentes além de apresentar um grande fluxo de visitantes que são o objeto de estudo da pesquisa. O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário estruturado aplicado a diferentes públicos. Assim três modelos de questionários foram elaborados visando levantar o perfil e a percepção ambiental de cada público: visitantes, integrantes das atividades de EA e funcionários da fazenda.

No período de outubro a dezembro de 2008 foram aplicados 252 questionários por meio de abordagem direta e sistemática dos usuários, sendo 185 direcionados para os visitantes, 30 para os integrantes das atividades de EA e 37 para os funcionários da fazenda.

Para os integrantes das atividades de EA, a abordagem ocorreu após participarem das atividades educacionais, principalmente a trilha interpretativa. Para os demais, a amostragem foi feita nos diferentes setores da fazenda. A aplicação dos questionários foi precedida de uma explicação prévia do objetivo da pesquisa e do consentimento da participação voluntária.

A tabulação dos dados foi realizada conforme Cunha & Zeni (2007), onde as questões abertas (que geralmente apresentam respostas múltiplas) foram levantadas às palavras - chave e agrupadas de acordo com as respostas semelhantes e as questões fechadas foram agrupadas de acordo com a frequência das respostas.

Adotou - se a divisão de classes socioeconômicas segundo o IBGE (2008): classe A (acima de 30 salários mínimos), classe B (de 15 a 30 salários mínimos), classe C (de 6 a 15 salários mínimos), classe D (de 2 a 6 salários mínimos) e classe E (até 2 salários mínimos).

RESULTADOS

Entre os visitantes, os questionários foram respondidos por 51,7% de homens e 48,3% de mulheres, sendo a maioria, adultos (63,9%). A escolaridade predominante foi o ensino médio (55,2%), seguido do ensino superior (24,6%). Quanto a classe sócio - econômica, o maior número de visitantes foi enquadrado nas classes D e E, com respectivamente, 41,3% e 36,5%.

Dos integrantes das atividades de EA predominou o sexo feminino (65,4%), crianças (43,3%), o ensino fundamental (46,7%) seguido pelo superior (36,7%), e as classes D (41,7%) e E (58,3%).

O maior número de funcionários é adulto (83,8%) e do sexo feminino (76%). Quanto à escolaridade, predominaram os ensinos fundamental e médio (44,4% cada), enquanto apenas 11,1% dos funcionários possuíam o ensino superior.

O planejamento de atividades e projetos de EA em ambiente Não - Formal tende a ser mais eficiente quando há um prévio conhecimento sobre o perfil do público que se pretende atingir. “O conhecimento do público - alvo é fundamental para que se possa realizar uma comunicação eficiente, respeitando a cultura, a história de vida e a individualidade de cada um” (Cunha & Zeni, 2007).

Os visitantes e integrantes das atividades de EA responderam a perguntas sobre o que eles esperavam experimentar ao vir para a fazenda e se sua expectativa havia se realizado. Evidenciou - se uma maior disposição por parte dos integrantes das atividades de EA em visualizar e entender melhor um novo ambiente, principalmente entrar em contato com o natural (41,4% natureza, 6,9 % flora, 13,8% fauna e 10,3% emoção). Já os visitantes, além dessa busca por elementos naturais, relacionaram a fazenda com descanso físico e mental (42,6%), com atividades de ecoturismo (5,2%) e em um percentual menor à hospitalidade (0,6%).

A maioria dos visitantes e integrantes das atividades de EA afirmou ter suas expectativas realizadas, resultado diferente do obtido por Caldas (2003), onde aproximadamente metade dos usuários do Parque Estadual da Serra de Caldas não teve satisfeitas suas expectativas.

Conforme as categorias de meio ambiente definidas por Reigota (1991 *apud* BARBO, 2009) a **visão naturalista**, onde o meio ambiente é tido como sinônimo de natureza intocada, evidenciando - se somente os aspectos naturais foi encontrada em 50,9% dos visitantes, 41,4% dos integrantes EA e 48,3% dos funcionários. Referiram - se ao meio ambiente como sendo “Todos os locais onde a natureza domina, onde as pessoas possam contemplá - la sem interferência”. Seguida à visão naturalista, a **antropocêntrica** foi detectada em 32,7% dos visitantes, 34,5% dos integrantes EA e 44,8% dos funcionários. Nessa concepção há um entendimento restrito do conceito de meio ambiente voltada para a utilização dos recursos em função das necessidades do ser humano. Portanto foram categorizadas respostas como “Eu entendo que sem o meio ambiente nós não iríamos sobreviver então eu ajudo a cuidar da natureza”.

E os percentuais de 4,4% dos visitantes, 6,9% dos integrantes EA e 6,9% dos funcionários demonstraram uma **visão globalizante**, onde são reconhecidas as relações recíprocas entre natureza e sociedade. A baixa frequência dessa categoria também foi evidenciada por Bezerra, Feliciano e Alves (2008) em trabalho realizado sobre a percepção ambiental de alunos e professores do entorno da Estação Ecológica de Caetés em Recife (PE), o que demonstra um distanciamento da compreensão da complexidade ambiental.

Algumas concepções foram definidas como discrepantes por não terem se enquadrado em nenhuma das categorias acima (11,9% dos visitantes e 17,2% dos integrantes de EA). Essas foram registradas por meio de depoimentos como “o meio ambiente é inexplicável não se explica” e “deve ser tratado igual a um ser humano ele também é um ser”. Essas concepções confirmam a dificuldade do público em definir o que é meio ambiente.

O cruzamento das variáveis evidenciou que a concepção de meio ambiente independe dos grupos de usuários ($X^2=4,9$, G.L.=6, $p=1\%$), portanto não existe uma dependência entre ter uma concepção globalizante e ter participado das atividades de EA ou ser um funcionário, o que detecta falhas na abordagem ambiental. Portanto “Se o ambiente é representado pela natureza que se deve apreciar e respeitar, as estratégias educacionais deverão incluir atividades de imersão na natureza.” (Bezerra & Gonçalves, 2007).

Foi detectado ainda que as concepções de meio ambiente independe da escolaridade ($X^2=7,6$, G.L.=9, $p=1\%$), evidenciando falhas também nos níveis formais de ensino. Sobre a ausência de EA na prática docente, Viana e Oliveira (2006 *apud* BARBO, 2009) afirmam que “esse fato se deve a vários aspectos, tanto sociais, culturais, pedagógicos, e principalmente, pela carência de pessoal qualificado, aliado à inexistência de metodologia e material apropriado ao tratamento do tema”. Justificativas de falhas que podem ser transpostas para EA não formal, porém com uma ressalva já que as trilhas são ótimas ferramentas e, portanto um material (área) apropriado. Deve - se então atentar para

a carência de monitores qualificados e de uma constante avaliação dos métodos de trabalho.

As concepções de EA dos funcionários foram categorizadas a partir de uma adaptação de Carvalho (2009), onde a concepção de **EA conservadora** que apresenta uma visão romântica com ênfase na contemplação e conservação dos espaços intocados, foi encontrada em 65,4% dos funcionários, através de frases como “Cuidado com a natureza. Preservação”. A concepção de **EA para gestão ambiental** com ênfase na aprendizagem de comportamentos ecologicamente corretos e processos de mediação de conflitos de interesse foi detectada em 30,8% dos funcionários que descreveram EA como sendo “Uma orientação básica de como viver no meio planetário”. E a **EA crítica** com 3,8% que tem a educação baseada na compreensão das relações e a ética ambiental como promotora de estilos de vida, encontrada em um depoimento onde a “Educação Ambiental é o instrumento para conectarmos o ser humano com o planeta, as coisas naturais, qualidade de vida, responsabilidade com o próximo e com todas as formas de vida”.

Quando relacionada a concepção dos funcionários, sobre EA, com a escolaridade destes, não foi encontrada nenhuma dependência ($X^2=6,9$, G.L.=4, $p=1\%$). Justifica - se com o fato das concepções não estarem submetidas apenas a um nível formal como a escolaridade, e sim a uma junção de experiências organizadas e coerentes, tanto culturais como socioeconômicas.

Quando solicitada a avaliação do estado de conservação ambiental da fazenda, as classificações predominantes em todos os grupos foram: Bom e Ótimo, listadas respectivamente nos visitantes com 54,9% e 41,8% ; nos integrantes EA com 43,3% e 56,7% e nos funcionários com 57,1% e 37,1%.

Procurando encontrar uma correlação entre a expectativa dos integrantes das atividades EA e o fato de tomarem a mesma como critério para sua avaliação sobre o estado de conservação da área, foi testada a hipótese de que a variável expectativa e estado de conservação são independentes. O resultado foi a confirmação da mesma ($X^2=7,6$, G.L.=9, $p=5\%$), portanto não podemos afirmar, por exemplo, que integrantes de EA (que esperam encontrar aspectos naturais) sejam mais sensíveis a presença de coisas artificiais, como construções, e por isso tenham uma visão mais crítica sobre o impacto dos mesmos.

Desse modo, o saber sobre essas questões, referentes à percepção ambiental, é de fundamental importância frente às necessidades de uma EA condizente, que propicie uma desestabilização construtiva das concepções, aproximando mais os aspectos educativos à conservação ambiental.

CONCLUSÃO

A educação ambiental em nível Não - Formal deve seguir algumas orientações básicas com atenção na abordagem das temáticas ambientais, buscando sempre uma visão crítica, capaz de despertar para concepções globalizantes. As atividades de EA, sensitivas e de contato com a natureza, não devem ser colocadas em um plano secundário às de aventura, pois assim como conclui Bueno (2008) “ao mesmo tempo em que o ecoturismo serve de meio condutor para o desenvolvimento da Educação Ambiental, esta se comporta como uma

imprescindível ferramenta ao planejamento e ao desenvolvimento do ecoturismo”.

Entre os obstáculos encontrados para o desenvolvimento da pesquisa e nas comparações entre estudos realizados sobre a percepção ambiental, cabe ressaltar a variação encontrada na forma como as concepções são categorizadas, o fato dos dados serem apresentados preponderantemente de forma qualitativa e a carência de trabalhos com análises estatísticas para enriquecimento das discussões.

Agradecimentos

Eu Raquel sou muito grata a minha professora Mirley por tanta dedicação e paciência, sempre disposta em contribuir com a formação de seus alunos. Seu caráter íntegro, sua ética profissional e sua humildade perante o conhecimento servem de inspiração para todos.

Agradeço também a fazenda Santa Branca Ecoturismo, pelo apoio ao trabalho.

REFERÊNCIAS

Barbo, I. P. P. **O Despertar da Consciência Ambiental**: um diagnóstico das práticas de educação ambiental formal no ensino público de Anápolis. 161f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente)-Centro Universitário de Anápolis, Anápolis, 2009.

Bezerra, T. M. O.; Feliciano, A. L. P.; Alves, A. G. C. Percepção ambiental de alunos e professores do entorno da Estação Ecológica de Caetés-Região Metropolitana do Recife - PE. **Biotemas**. Pernambuco, n. 21 p. 147 - 160, março de 2008.

Bezerra, T. M. O.; Gonçalves, A. A. C. Concepções de meio ambiente e educação ambiental por professores da Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão - PE. **Biotemas**, n. 20, p. 115 - 125, setembro de 2007.

Bueno, F. P. Educação ambiental aplicada ao ecoturismo nas unidades de conservação do pólo de ecoturismo da ilha de Santa Catarina. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. v.20, janeiro a junho de 2008. Disponível em: < <http://www.remea.furg.br/> > Acesso em: agosto de 2008.

BRASIL. **Decreto lei nº 9795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, abril 1999.

Caldas, A. L. R. Percepção Ambiental dos usuários do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas-Goiás com relação à sua inserção no Meio Ambiente. **Métodos de Campo em Ecologia**. Brasília, p. 140 - 150, 2003.

Carvalho, M. P. **Sentido do Saber e do Fazer Docente em Educação Ambiental**: Um estudo sobre as concepções dos professores. Dissertação (Sociedade, Políticas Públicas e Meio Ambiente)-Centro Universitário de Anápolis, Anápolis, 2009.

Cunha, T. S.; Zeni, A. L. B. Representação social de meio ambiente para alunos de ciências e biologia: subsídio para atividades em Educação Ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. v. 18, janeiro a junho de 2007. Disponível em: < <http://www.remea.furg.br/> > Acesso em: agosto de 2008.

Fernandes, R. S. *et al.*, **Uso da Percepção Ambiental como Instrumento de Gestão em Aplicações Ligadas às Áreas Educacional, Social e Ambiental**. Núcleo de Estudo em Percepção Ambiental - NEPA, Espírito Santo, 2003.

Guimarães, S. T. L. **Trilhas Interpretativas e Vivências na Natureza: reconhecendo e reencontrando nossos elos com a paisagem**. Departamento de Geografia. Rio Claro. 2001. Disponível em: < <http://www.scielo.com> >. Acesso em: 14 abril de 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados de classes sócio - econômicas. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: agosto de 2008.

Levy, M. **Unidade Agroecológica Santa Branca-UASB**. Teresópolis, 2008. Disponível em < sbranca@terra.com.br >. Acesso em: 23 de agosto de 2008.

Lindberg, K.; Hawkins, D. E. **Ecoturismo**: Um Guia para Planejamento e Gestão. 2. ed. São Paulo: SENAC, 1999.

Lucion, A. P. S. *et al.*, **Desenvolvimento Sustentável. Biotecnologia Ciência e Desenvolvimento**, Rio Grande do Sul, n. 36, p. 70 - 77, janeiro/junho 2006.